

JUSTIÇA SOCIAL EM SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: REFLEXÕES A PARTIR DO TERMO «PRIMITIVE»

FABÍOLA RUBIM SILVA*

PAULA REGINA DAL'EVEDOVE**

ANA LÚCIA TERRA***

Resumo: Busca-se identificar desvios e preconceitos em sistemas de organização do conhecimento utilizados no Brasil, com ênfase no termo «primitive», presente em vocabulários controlados, listas de cabeçalhos de assunto e tesouros. Também se discute as percepções desse termo na literatura especializada em Biblioteconomia e Ciência da Informação. A abordagem qualitativa e exploratória apoia-se em análises documentais, incluindo relatórios do Subject Analysis Committee da American Library Association e estudos da área. Foram examinados sistemas como a Terminologia de Assuntos da Biblioteca Nacional, o Vocabulário Controlado da USP e o Vocabulário Controlado Básico da Rede Virtual de Bibliotecas. Os resultados apontam o uso persistente do termo «primitive», apesar das críticas à sua imprecisão e conotação negativa. Conclui-se que revisões periódicas são fundamentais para assegurar uma representação justa das comunidades, promovendo sociedades democráticas e inclusivas, e recomenda-se a institucionalização de mecanismos transparentes para essas revisões.

Palavras-chave: Sistemas de organização do conhecimento; Vocabulários controlados; Listas de cabeçalhos de assunto; Tesouros; Justiça social.

Abstract: The aim is to identify biases and prejudices in knowledge organization systems used in Brazil, with an emphasis on the term «primitive», present in controlled vocabularies, subject heading lists, and thesauri. The perceptions of this term in the specialized literature on Library Science and Information Science are also discussed. The qualitative and exploratory approach is supported by documentary analysis, including reports from the Subject Analysis Committee of the American Library Association and field studies. Systems such as the Subject Terminology of the National Library, the Controlled Vocabulary of the University of São Paulo, and the Basic Controlled Vocabulary of the Virtual Library Network were examined. The results indicate the persistent use of the term «primitive», despite criticism of its imprecision and negative connotations. The conclusion is that periodic reviews are essential to ensure fair representation of communities, promoting democratic and inclusive societies, and the institutionalization of transparent mechanisms for these reviews is recommended.

Keywords: Knowledge organization systems; Controlled vocabularies; Subject headings lists; Thesaurus; Social justice.

* Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) – Brasil. Email: fabiola.rubim@ufjf.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8786-7819>.

** Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – Brasil. Email: dalevedove@ufscar.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1521-2201>.

*** Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras / CEIS20 – Centro de Estudos Interdisciplinares – Portugal. Email: anaterra@fl.uc.pt. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1292-2849>.

INTRODUÇÃO

O acesso e a recuperação do conhecimento e da informação são desafios que a Organização do Conhecimento (OC) busca solucionar por meio de seus processos, produtos e instrumentos de representação documental. Nesse contexto, instrumentos para o controle vocabular do tipo listas de cabeçalhos de assunto e tesouros, que compõem os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), são cruciais para a representação temática de documentos e recursos de informação. Entretanto, esses instrumentos podem conter representações tendenciosas e desvios, limitando a diversidade de perspectivas, tornando determinados recursos invisíveis no catálogo da biblioteca e perpetuando preconceitos sobre grupos e vozes historicamente marginalizados.

A OC, enquanto campo acadêmico e de pesquisa, lida com o tratamento, a descrição e a organização dos recursos informacionais e a representação dos assuntos e conceitos relacionados a esses recursos. Os processos de organização do conhecimento e os SOC são os dois principais aspectos da OC (Hjørland 2016, p. 475). Os processos de organização do conhecimento incluem a catalogação, análise de assunto, indexação e classificação, enquanto os SOC são os instrumentos que viabilizam a realização desses processos. As representações nos SOC possuem poder de inclusão ou exclusão de conceitos e relações semânticas, o que pode trazer implicações sociais negativas quando envolve pessoas, grupos sociais, acontecimentos e identidades.

A pesquisa científica em OC tem se dedicado às problemáticas e implicações culturais, políticas e sociais de seus processos, produtos e instrumentos, buscando justiça social como uma das reorientações do campo (Watson 2021). Trabalhar pela justiça social requer mudança de práticas e de instituições opressivas e discriminatórias que continuamente adotam estruturas de injustiça, incluindo SOC, como listas de cabeçalhos de assunto e tesouros (Furner 2018).

Em atenção às preocupações com a forma de representar vozes diversas de maneira equitativa, apresenta-se uma pesquisa que investiga os desvios e os preconceitos em SOC brasileiros em relação ao termo «primitive». Especificamente, o foco recai nos vocabulários controlados, listas de cabeçalhos de assunto e tesouros. Para alcançar esse objetivo, realizamos uma revisão de literatura na Biblioteconomia e Ciência da Informação sobre o termo «primitive», o que viabilizou identificar a presença desse termo e suas variações nos principais SOC adotados para a representação temática da informação no Brasil.

A pesquisa sobre desvios e preconceitos em SOC fundamenta-se na *Agenda 2030* das Nações Unidas e nas diretrizes da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA). Segundo a IFLA (2016), as bibliotecas possuem um papel crucial na redução de desigualdades, ao proporcionarem acesso equitativo à informação para todos, inclusive grupos historicamente marginalizados. Logo, é imprescindível garantir uma representação socialmente justa e equitativa desses grupos nos SOC

para que a informação seja recuperada de maneira eficiente e com uma linguagem precisa, apropriada e respeitosa com as comunidades representadas e/ou atendidas.

A linguagem exposta e acessível em catálogos de bibliotecas e sistemas de recuperação da informação tem grande visibilidade e impacto na experiência do usuário, justificando a ênfase desta pesquisa nos SOC escolhidos. A visibilidade desses instrumentos públicos de OC reforça a importância de uma análise crítica sobre sua elaboração e uso. É partindo de um legado de identificação de opressões e de exclusão social em SOC, peticionamento por mudanças e busca ativa de mitigação dos desvios e preconceitos, que o presente trabalho se fundamenta.

1. JUSTIÇA SOCIAL E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

No que concerne à conceituação da OC orientada para a justiça social, Lucas Corrêa e Natália Tognoli (2022) observaram, ao analisar um conjunto de artigos internacionais que abordam a justiça social em conjunto com a Organização do Conhecimento, que o conceito da justiça social é pouco tratado no campo, sendo um termo em disputa por diferentes autores que adotam diferentes abordagens e definições. A partir da literatura analisada, os autores concluem que a justiça social está ligada à inclusão de grupos excluídos e marginalizados através da ampliação da participação nos processos e sistemas de organização do conhecimento com a intenção de diminuir desvios e preconceitos; e que há um consenso ao diagnosticar o fracasso dos SOC hegemônicos em produzir justiça social (Corrêa e Tognoli 2022).

Dessa forma, é possível relacionar o movimento desencadeado pela bibliotecária negra Dorothy Porter e por Sanford Berman como precursores na busca por SOC socialmente justos através da constatação de seus desvios e busca por reformá-los. Na década de 1930, Dorothy Porter denunciou a abordagem etnocêntrica, preconceituosa e limitante da Classificação Decimal de Dewey (CDD) para a catalogação da literatura e história negra na coleção em que trabalhava e estabeleceu uma classificação própria, auxiliando bibliotecas que possuíam recursos informacionais sobre a história negra a utilizarem a classificação (Silva et al. 2021).

Já em 1971, com a publicação do livro *Prejudices and Antipathies: a Tract on the LC Subject Heads Concerning People*, Berman (1993 [1971])¹ lista a presença de desvios no *Library of Congress Subject Headings* (LCSH) e propõe soluções. Para pressionar pela incorporação e mudança dos termos, o autor convocou profissionais e bibliotecários a encaminharem abaixo-assinados, peticionando à LC a implementação de mudanças nos desvios identificados no LCSH. Desde a publicação do livro e a atuação de Berman, muitas das sugestões de inclusão e modificação foram

¹ A edição original do livro ocorreu em 1971, mas a consulta foi feita na reedição de 1993, uma vez que é a única versão disponível gratuitamente no site mantido pelo autor.

implementadas, mas outros cabeçalhos ainda permanecem sem alteração, conforme constatou Steven Knowlton (2005) após três décadas, quando 36% dos cabeçalhos permaneciam inalterados.

No que diz respeito às práticas da justiça social relacionadas à OC, Brian Watson (2021) identifica um conjunto de cinco recomendações recorrentes na literatura dedicada à questão, sendo elas: 1) o uso de vocabulários ou classificações múltiplas ou alternativas, quando disponíveis; 2) a prática de «competência cultural» ao considerar identidades ou grupos históricos; 3) o uso de «alcance ético» ao lidar com identidades, itens ou grupos ainda vivos; 4) práticas de «alteração», «subversão», «extensão» ou «substituição» da classificação ou catalogação dominante em nível local; 5) consulta com os sujeitos descritos. A recomendação de alteração dos SOC encontra respaldo em Jonathan Furner (2018), que reforça que trabalhar para a justiça social requer a reforma de práticas e instituições opressivas e discriminatórias, incluindo os SOC, como vocabulários controlados, listas de cabeçalhos de assunto e tesouros. Agir em prol da justiça social também é tratado como um dever ético por Crystal Vaughan (2018), que enfatiza fazer parte desse escopo pensando criticamente sobre a linguagem adotada em SOC.

Essa abordagem crítica aos SOC, desencadeada por Porter e Berman há quase 100 anos, chega ao presente como o entendimento de que buscar a justiça social nos processos e sistemas de OC é um dever ético e pode ser realizada através das práticas e recomendações, como, por exemplo, aquelas identificadas por Watson (2021). Para Adler (2016), enquadrar conscientemente a teoria e a prática de organização e representação da informação e do conhecimento como uma forma de ativismo pela justiça social, significa procurar ativamente formas de remediar as desigualdades no acesso e na produção de conhecimento, através de termos utilizados sob o disfarce de um ponto de vista neutro e objetivo.

Esse ativismo pela justiça social, ao qual se refere Adler (2016) e que já havia sido iniciado por Berman (1993 [1971]), permanece com alguns casos reportados na literatura recente. Watson (2020) narra o movimento para inclusão dos cabeçalhos de assunto *asexuality* e *asexual people* nos LCSH. Steven Holloway (2018), ao abordar a representação do Oriente Médio nos LCSH, propõe o peticionamento da Library of Congress (LC) para revisar os cabeçalhos geográficos sobre as Colinas de Golã, a Faixa de Gaza, Cisjordânia, Palestina e Jerusalém. Igualmente, é relevante mencionar o movimento com grande repercussão para que a LC descontinuasse o cabeçalho *Illegal aliens* (Lacey 2018).

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, baseada na análise documental e bibliográfica, com o objetivo de investigar e discutir os desvios e

preconceitos em vocabulários controlados, listas de cabeçalhos de assunto e tesouros relacionados ao termo «primitive». O foco está nas discussões presentes na literatura científica e análise dos principais SOC utilizados no Brasil.

A pesquisa analisou as discussões na literatura científica sobre o termo «primitive» a partir do relatório do Subject Analysis Committee (SAC) da American Library Association (ALA) publicado em 1984 e Berman (1993 [1971]). A revisão dessas publicações permitiu identificar um conjunto de preocupações e debates relacionados aos desvios e preconceitos presentes no termo analisado.

Com base nas discussões identificadas na literatura, examinou-se a presença ou a ausência do termo «primitive» nos principais vocabulários controlados, listas de cabeçalhos de assunto e tesouros utilizados no Brasil. Os SOC analisados incluem a Terminologia de Assuntos da Biblioteca Nacional do Brasil (BNB), o Vocabulário Controlado Básico (VCB) da Rede Virtual de Bibliotecas e o Vocabulário Controlado da Universidade de São Paulo (VocaUSP). Os sistemas foram escolhidos pois são apontados por Mariângela Fujita et al. (2019) como os mais utilizados em bibliotecas universitárias do Sudeste do Brasil, o que destaca sua relevância e influência nas práticas relacionadas a OC do país. A coleta de dados foi realizada entre os dias 19 e 22 de fevereiro de 2024.

A Terminologia de Assuntos da Biblioteca Nacional do Brasil² é a referência para a catalogação de obras da própria Biblioteca Nacional, mas também é consultada por profissionais de diversas instituições, conforme evidenciou Fujita et al. (2019) ao apontá-lo como o SOC mais utilizado em bibliotecas universitárias do Sudeste do Brasil. Na Terminologia da BNB os assuntos são apresentados em lista multidisciplinar estruturada em forma de tesauro. Para cada assunto são apresentados os termos gerais (TG), os termos específicos (TE) e os termos relacionados (TR). Segundo Grings (2016), a BNB iniciou o desenvolvimento de seu próprio SOC em 1982, baseado no LCSH.

O VCB³ é adotado na Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI), com o objetivo de manter a uniformidade da indexação e da recuperação da informação dos documentos bibliográficos de seu catálogo coletivo. A Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI) é uma rede cooperativa de bibliotecas, coordenada pela Biblioteca do Senado Federal do Brasil, que agrupa recursos bibliográficos, materiais e humanos de doze bibliotecas da Administração Pública Federal e do governo do Distrito Federal, dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário brasileiros. O SOC foi desenvolvido na década de

² A Terminologia de Assuntos da Biblioteca Nacional do Brasil pode ser consultada em: https://acervo.bn.gov.br/sophia_web/busca/autoridades [consult. 2024-02-22].

³ O Vocabulário Controlado Básico pode ser consultado em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/532112> e uma versão também foi criada com a utilização do software TemaTres: <https://vocabularyserver.com/vcb/index.php> [consult. 2024-02-22].

1980 com ênfase no Direito, refletindo as áreas de atuação das bibliotecas participantes da rede (Brasil 2017). O VCB está estruturado como um tesouro e a maioria dos descritores apresenta relações hierárquicas, associativas, partitivas e/ou de equivalências terminológicas.

O VocaUSP⁴ é uma lista de assuntos utilizada para a indexação de recursos de informação no Banco de Dados Bibliográficos da USP – DEDALUS. O Vocabulário abrange as áreas do conhecimento existentes no contexto da Universidade de São Paulo, relacionadas às atividades de ensino, pesquisa e extensão que desenvolve. Implementado em outubro de 2001, conforme Lima et al. (2006), o VocaUSP inclui atualmente cerca de 47 mil termos, sendo constituído por termos autorizados para a indexação e termos não autorizados, que operam como remissivas de sinonímia (Agência... 2023).

3. RESULTADOS

Nesta seção, serão apresentadas as discussões encontradas na literatura e na prática bibliotecária sobre o termo «primitive». Em seguida, o termo será analisado nos SOC mencionados.

3.1. Discussões sobre o termo «primitive»

Conforme já mencionado, em 1971 Sanford Berman apresentou em seu livro *Prejudices and antipathies* (Berman 1993 [1971]) uma lista de desvios em centenas de cabeçalhos de assunto da LC, o LCSH, com o objetivo de substituí-los ou cancelá-los. Berman (1993 [1971]) argumenta que o LCSH reflete uma visão de mundo eurocêntrica, norte-americana e dominada por indivíduos brancos e cristãos. Essa visão de mundo embutida no LCSH impõe representações tendenciosas aos cabeçalhos, aos sistemas de recuperação da informação que o utilizam e à comunidade usuária.

Para combater essa situação, Berman (1993 [1971]) identifica desvios em cabeçalhos de assuntos relacionados aos temas mulher, gay, lésbica, movimento sindical, pobreza, fome, falta de moradia, política social, holocausto, nazismo, entre outros. Em um dos capítulos do livro, apresenta importantes e necessárias críticas ao chauvinismo de cabeçalhos de assunto como «Society, primitive» e suas variações, como «Art, primitive» e «Religion, primitive». Na visão do autor, o termo «primitive» é impreciso e carregado de noções de inferioridade, infantilidade, barbárie e simplicidade. Além disso, o termo remete erroneamente a um período passado, embora algo considerado «primitive» possa ser contemporâneo (Berman 1993 [1971]).

Para complementar essa discussão, é importante considerar o conceito de primitivo:

⁴ O VocaUSP pode ser consultado em: <https://vocabulario.abcd.usp.br/pt-br/index.php> [consult. 2024-02-22].

primitivo adj. (sXV) 1 o que é o primeiro a existir; que coincide com a origem de algo; inicial, primevo, original [...] 2 contemporâneo dos primeiros tempos de uma civilização; antigo, ancestral, remoto [...] 3 diz-se de organismo pouco diferenciado de seus ancestrais originais 4 que não evoluiu, não se aperfeiçoou; antiquado, arcaico, atrasado [...] 5 fig. sem técnica ou arte; rude, tosco, rudimentar [...] 6 sem instrução ou refinamento; bronco, ignorante, obtuso, desajeitado [...] 7 fig. Impulsivo, bárbaro, brutal, instintivo (Houaiss e Villar 2009, p. 1551).

Ao complementar as considerações de Berman (1993 [1971]) sobre a imprecisão e a carga negativa do termo «primitive», o *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* fornece uma visão abrangente desse conceito (Houaiss e Villar 2009). O adjetivo «primitivo», cujo primeiro registro conhecido ou estimado da palavra remonta ao século XV, refere-se tanto ao que é original e inicial, como ao que é pouco diferenciado de seus ancestrais originais, além de sugerir ideias de atraso, falta de evolução e rusticidade, implicando uma inferioridade em relação a formas mais desenvolvidas ou refinadas. Além disso, o termo pode implicar uma falta de técnica, arte ou refinamento, assim como uma natureza bárbara ou brutal. Essas acepções negativas corroboram com as críticas de Berman (1993 [1971]) em relação ao uso do termo «primitive» em SOC, e reforçam a necessidade de revisão e atualização desses termos nesses instrumentos, a fim de evitar que reforcem estereótipos e preconceitos e que sejam comprometidos com representações inclusivas e culturalmente diversas.

Para solucionar os desvios identificados nos cabeçalhos, Berman (1993 [1971]) sugere a utilização dos adjetivos «Folk» e «Traditional» no lugar de «primitive».

Como resultado das críticas de Berman (1993 [1971]), em 1981 foi criado um Subcomitê Ad-hoc do Subject Analysis Committee da American Library Association (ALA) para discutir os conceitos denotados pelo termo «primitive» (American... 1984). O objetivo declarado pelo subcomitê era estudar e recomendar às instâncias competentes mudanças no acesso temático aos conceitos rotulados como «primitive», com ênfase no LCSH; determinar quais usos atuais do termo são apropriados, se houver; e recomendar um método alternativo de análise nos casos em que o uso atual de «primitive» é considerado inadequado (American... 1984).

Em consonância com o posicionamento de Berman (1993 [1971]), o relatório final do subcomitê, publicado em 1984, não considerou o termo «primitive» aceitável, pelo menos no que diz respeito aos costumes e atividades indígenas (American... 1984). Assim, o subcomitê recomendou a redução do uso do termo «primitive» no LCSH, devido à conotação pejorativa de inferioridade que atribui aos povos indígenas e grupos étnicos. O comitê realizou recomendações específicas para cada um dos 45 cabeçalhos encontrados na LC à época. A maioria das alternativas sugeridas para substituição dos cabeçalhos com o termo «primitive» inclui o uso de termos

como «tradicional» e «prehistoric» e a utilização de subdivisões sob os nomes de áreas geográficas e grupos étnicos específicos.

Entre os exemplos, destaca-se a recomendação pelo cancelamento de «Agriculture, Primitive» e o estabelecimento de dois novos cabeçalhos: «Agriculture», «Prehistoric» e «Agriculture, Traditional». Também foi recomendado o cancelamento do termo «Architecture, Primitive». Sobre a sugestão de cancelamento do termo «Medicine, Primitive», estabelecido em 1905, o relatório considerou que havia no LCSH cabeçalhos que indexariam os recursos vinculados a esse cabeçalho com mais especificidade, como antropologia médica e a possibilidade de medicina ser uma subdivisão sob o cabeçalho de tribos indígenas individuais. O comitê sugeriu ainda a adição do cabeçalho «Medicine, Traditional», com uma referência a «Ethnomedicine» (American... 1984).

O relatório também sugeriu que a área geográfica deveria ser enfatizada, em vez de características avaliativas, como o adjetivo «primitive», ao classificar materiais sobre pessoas (American... 1984).

No que tange à prática bibliotecária, foi identificado o *Cataloging Lab*⁵, uma iniciativa de *crowdsourcing* da comunidade bibliotecária estadunidense que compila cabeçalhos de assuntos da Library of Congress problemáticos. Através de uma plataforma *wiki*, os bibliotecários podem sugerir adições e alterações nos cabeçalhos adotados no LCSH e reunir esforços para gerar propostas robustas no petionamento de mudanças no LCSH, conforme sugerido por Berman (1993 [1971]). Atualmente, na lista de cabeçalhos problemáticos disponível no *Cataloging Lab*, há 95 cabeçalhos, entre eles «Primitive art».

O *Cataloging Lab* aponta que o cabeçalho atual da LC ainda é «Primitive art», sugerindo as opções «Tribal art» ou «Indigenous art» como alternativas mais adequadas. O comentário disponível na plataforma faz referência ao *The Art & Architecture Thesaurus* (AAT) do Getty Research Institute, onde informa que

primitive art: uma designação ultrapassada anteriormente utilizada para a arte de certas pessoas consideradas fora das esferas de influência de outros grupos culturais politicamente dominantes; foi usado especialmente em relação a comunidades na África subsaariana, ilhas do Pacífico e grupos tribais indígenas nas Américas. Em vez disso, use “arte indígena”, “arte tribal” ou o nome mais específico conhecido para a cultura de origem (Getty Research Institute 2017).

⁵ A lista com os cabeçalhos problemáticos apontados pelo *Cataloging Lab* pode ser acessada em <https://cataloginglab.org/problem-lcsh/> [consult. 2024-02-22].

Em suma, as discussões sobre o termo «primitive» apontam críticas quanto à sua imprecisão e carga negativa, associadas à noção de inferioridade que o termo denota, sendo considerado um termo pejorativo e ultrapassado. Para resolver esses problemas, foram identificadas sugestões, incluindo a substituição do termo por adjetivos como «Folk» e «Traditional». Entende-se como relevante as sugestões do uso de subdivisões geográficas e étnicas específicas ou o nome mais específico conhecido para a cultura de origem, como alternativas. Também foi identificada a sugestão da adoção de termos como «Tribal art» ou «Indigenous art».

3.2. O termo «primitive» em SOC brasileiros

A Terminologia de Assuntos da BNB possui mais de uma dezena⁶ de cabeçalhos que utilizam «primitivo(a)» como, por exemplo, «Agricultura primitiva», «Arquitetura primitiva», «Arte primitiva», «Direito primitivo», «Escultura primitiva», «Indústria primitiva», «Pintura primitiva», «Religião primitiva», «Sociedades primitivas» e, inclusive, «Medicina primitiva». A nota de escopo para o termo «Sociedades primitivas» destaca que o termo deve ser «Usado para obras que tratam de povos sem escrita, sem industrialização como representantes de um período primitivo da evolução social baseado nas teorias de evolução cultural no século XIX». Além disso, foram confrontados os cabeçalhos da BNB com o termo tradicional, levando em consideração a recomendação de Berman (1993 [1971]) e do subcomitê (American... 1984). Foi possível localizar apenas o termo «Conhecimento tradicional» associado como termo autorizado.

O termo «Medicina Primitiva» é um exemplo significativo para ser cotejado com as recomendações da literatura sobre o tema. Primeiramente, o termo «Medicina Primitiva», autorizado pela Terminologia da BNB, lista os termos «Etnomedicina» e «Medicina tradicional» como não autorizados, em contraposição às recomendações do relatório do subcomitê. Em segundo lugar, cabe ressaltar que o termo «Medicina Primitiva» carece de garantia literária das próprias obras que indexa. Ao realizar uma pesquisa no acervo da BNB com os títulos indexados sob o termo⁷, descobriu-se que, pelo menos, os títulos informados pelos autores não utilizam o termo primitivo(a). As menções à medicina nos títulos recuperados utilizam termos como «medicina popular», «medicina tradicional chinesa», «técnica médica tradicional», «medicina campeira», «medicina indígena», «medicina rústica», «medicina caseira» e «etnomedicina».

Os resultados obtidos a partir do VocaUSP apontaram que há menos termos que utilizam a palavra «primitivo(a)». A busca recuperou apenas quatro termos, sendo

⁶ As consultas aos SOC analisados nesta pesquisa foram realizadas entre 2024-02-19 e 2024-02-22.

⁷ A busca pelos termos indexados sob o termo «Medicina primitiva» utilizou como filtro obras em português, com 22 resultados.

eles: «Arquitetura primitiva», «Arte primitiva», «Religiões primitivas» e «Sociedades primitivas». Observou-se ainda que o SOC da USP optou por utilizar o termo «Medicina tradicional», em consonância com a linguagem sugerida por Berman (1993 [1971]) e pelo subcomitê (American... 1984). Entretanto, é importante ressaltar que os termos identificados refletem a atribuição de inferioridade a determinados grupos étnicos não apenas em sua linguagem, mas também em sua estrutura hierárquica. Por exemplo, o termo «Arte primitiva» possui os termos específicos «Arte pré-colombiana», «Arte africana», «Arte aborígene» e «Arte indígena», enquanto o termo «Religiões primitivas» possui os termos específicos «Feitiçaria», «Magia», «Religião Indígena» e «Xamanismo». É importante destacar que a linguagem e estrutura deste SOC reforçam estereótipos e preconceitos que perpetuam uma narrativa hegemônica de inferiorização daquilo que é africano, indígena e aborígene.

A pesquisa pelo termo primitivo(a) no VCB resultou na recuperação de alguns termos, como: «Arte primitiva», «Cultura primitiva», «Direito primitivo», «Indústria primitiva», «Navegação primitiva», «Religião primitiva» e «Sociedade primitiva». Também foi identificado o termo «Medicina primitiva» como uma referência não autorizada sob o autorizado «Medicina popular». Da mesma forma, foi encontrada uma referência não autorizada de «Economia primitiva» sob o termo autorizado «Antropologia econômica». Assim como na USP, no VCB, o termo «Arte primitiva» tem como termos específicos «Arte indígena», «Arte pré-colombiana» e «Arte pré-histórica».

As críticas de Ricardo Biscalchin e Walter Moreira (2020) ressaltam como representações inadequadas nos SOC podem corroer a credibilidade dos sistemas, enquanto Jo Bates e Jennifer Rowley (2011) apontam que a linguagem dos SOC, ao refletir processos hegemônicos, ameaça a sua aceitação pelos usuários.

A partir do contexto das comunidades indígenas americanas, Devon Murphy (2020) alerta que termos estereotipados ou desatualizados podem perpetuar discriminação e dificultar o acesso a informações relevantes. Da mesma forma, ao tratar da comunidade LGBTQIA+, Bethany McAuliffe (2021) destaca que a presença de terminologia ofensiva ou desatualizada pode resultar em duas situações negativas: os usuários podem aceitar essas terminologias como verdadeiras, reforçando estereótipos; ou, ao se depararem com essa linguagem inadequada, podem se sentir alheios ou rejeitados, o que eventualmente pode levar ao seu afastamento dos espaços de biblioteca (McAuliffe 2021, p. 218).

Em síntese, os resultados da pesquisa revelam que os três SOC analisados ainda empregam diversos termos contendo a palavra «primitivo(a)», mesmo após décadas de discussões na literatura especializada sobre a imprecisão e inferioridade que o termo denota, o que evidencia uma lentidão na promoção de mudanças para mitigar desvios e preconceitos. Fica patente a necessidade de ações mais céleres em relação

aos termos desatualizados e que possuem conotações negativas ou ofensivas, bem como de uma postura proativa das instituições e pessoas bibliotecárias que atuam nesses espaços para garantir que os sistemas sejam precisos, atuais e socialmente inclusivos. Além disso, a pesquisa ressalta um descompasso entre as discussões presentes na literatura e a efetiva implementação de mudanças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada investigou os desvios e preconceitos em vocabulários controlados, listas de cabeçalhos de assunto e tesouros utilizados no Brasil, com especial atenção ao termo «primitive». Os resultados demonstraram a utilização do termo «primitive» e suas variações, evidenciando a lentidão dos principais SOC brasileiros em promover mudanças. Esse uso persistente compromete a eficiência e reputação dos sistemas como ferramentas de recuperação de informações. Steven Shubert (1992) alerta que tal defasagem pode fazer dos SOC «museus de linguagem», depósitos de terminologia obsoleta e tendenciosa, em vez de recursos atualizados para recuperação de informações.

Além da prevalência do termo, os resultados também demonstraram uma lacuna entre as discussões teóricas sobre justiça social e a prática atual nos SOC. É importante ressaltar que a manutenção de uma linguagem imprecisa, preconceituosa e desatualizada nos vocabulários controlados, cabeçalhos de assunto e tesouros podem ter consequências significativas, minando a credibilidade e a legitimidade dos sistemas que utilizam os SOC.

Diante desses achados, é vital que os SOC se comprometam com revisões constantes de forma a garantir uma representação precisa e socialmente justa de todas as comunidades. É preciso evitar a perpetuação de estereótipos e preconceitos, tornando os SOC ferramentas eficazes e respeitosas de recuperação da informação. A fim de avançar neste ponto, recomenda-se a implementação de mecanismos institucionalizados para solicitar e monitorar a revisão de termos, além de tornar públicas as mudanças realizadas e suas justificativas. Acredita-se que essa transparência e prestação de contas podem melhorar a confiança da sociedade nas instituições, demonstrando o compromisso em promover inclusão e diversidade nos SOC.

REFERÊNCIAS

- ADLER, M., 2016. The case for taxonomic reparations. *Knowledge Organization*. 43(8), 630-640.
- AGÊNCIA DE BIBLIOTECAS E COLEÇÕES DIGITAIS, 2023. *Produtos: Vocabulário Controlado USP* [Em linha]. São Paulo: Universidade de São Paulo [consult. 2025-07-10]. Disponível em: <https://www.abcd.usp.br/portfolio/produtos/vocabulario-controlado-usp/>.
- AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. Subject Analysis Committee. Ad-Hoc Subcommittee, 1984. Report of the Sac Ad-Hoc Subcommittee on Concepts denoted by the Term “Primitive”. *Technical Services Quarterly*. 2(1-2), 121-153.

- BATES, J., e J. ROWLEY, 2011. Social reproduction and exclusion in subject indexing: A comparison of public library OPACs and Library Thing folksonomy. *Journal of Documentation*. **67**(3), 431-448.
- BERMAN, S., 1993 [1971]. *Prejudices and antipathies: A tract on LC subject heads concerning people*. Reedition. Jefferson, NC: McFarland.
- BISCALCHIN, R., e W. MOREIRA, 2020. Construção de vocabulários multilíngues: Perspectivas culturais. *Perspectivas em Ciência da Informação*. **25**(4), 47-67.
- BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal, 2017. *Vocabulário controlado básico* [Em linha]. Brasília: Senado Federal, Secretaria de Gestão de Informação e Documentação, Coordenação de Biblioteca, Serviço de Gerência da Rede Virtual de Bibliotecas [consult. 2025-03-22]. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/532112>.
- CORRÊA, L. A. S., e N. B. TOGNOLI, 2022. A justiça social na organização do conhecimento. Em: T. H. BRAGATO BARROS, e R. C. F. LAIPELT, org. *Organização e representação do conhecimento em múltiplas abordagens*. Curitiba: Pimenta Cultural.
- FUJITA, M. S. L., et al., 2019. Linguagens de indexação em bibliotecas universitárias: estudo analítico. *Informação & Informação* [Em linha]. **24**(1), 190-225 [consult. 2025-02-17]. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/31771>.
- FURNER, J., 2018. Truth, relevance, and justice: Towards a veritistic turn for KO. Em: F. RIBEIRO, e M. E. CERVEIRA, ed. *Challenges and opportunities for Knowledge Organization in the digital age: Proceedings of the Fifteenth International ISKO Conference*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 468-474.
- GETTY RESEARCH INSTITUTE, 2017. *Art & Architecture Thesaurus* [Em linha]. Los Angeles: Getty Research Institute [consult. 2024-07-15]. Disponível em: https://www.getty.edu/vow/AATFullDisplay?find=primitive+art&logic=AND¬e=&english=N&prev_page=1&subjectid=300056500.
- GRINGS, L., 2016. Controle de autoridades na Biblioteca Nacional do Brasil: breve histórico e práticas atuais. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação* [Em linha]. **11**(2), 139-154 [consult. 2024-07-10]. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/433>.
- HJØRLAND, B., 2016. Knowledge Organization (KO)? *Knowledge Organization*. **43**(6), 475-484.
- HOLLOWAY, S. W., 2018. LCSH in the Southern Levant. *Cataloging & Classification Quarterly*. **56**(7), 571-591.
- HOUAISS, A. e M. de S. VILLAR, 2009. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS, 2016. *Acesso e oportunidade para todos: como as bibliotecas contribuem para a agenda de 2030 das Nações Unidas* [Em linha] [consult. 2024-07-10]. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/590>.
- KNOWLTON, S. A., 2005. Three decades since Prejudices and Antipathies: A study of changes in the Library of Congress Subject Headings. *Cataloging & Classification Quarterly*. **40**(2), 123-145.
- LACEY, E., 2018. Aliens in the library: The classification of migration. *Knowledge Organization*. **45**(5), 358-379.
- LIMA, V. M., et al., 2006. Estudos para implantação de ferramenta de apoio à gestão de linguagens documentárias: vocabulário controlado da USP. *Transinformação* [Em linha]. **18**(1) [consult. 2024-07-10]. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/6318>.
- MCAULIFFE, B., 2021. Queer identities, queer content and library classification: Is “queering the catalogue” the answer?. *Journal of the Australian Library & Information Association*. **70**(2), 213-219.
- MURPHY, D., 2020. Knowledge organization systems and information ethics for visual resources. *Visual Resources Association Bulletin*. **47**(2), 1-13.

- SILVA, F. C. G. da, et. al., 2021. Dorothy Porter Wesley e a organização do conhecimento na Coleção Especial Moorland-Spingarn Research Center. *Liinc em Revista* [Em linha]. 17(2), 1-23 [consult. 2024-07-10]. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5780>.
- SHUBERT, S. B., 1992. Critical views of LCSH – ten years later: A bibliographic essay. *Cataloging & Classification Quarterly*. 15(2), 37-98.
- VAUGHAN, C., 2018. The language of cataloguing: Deconstructing and decolonizing systems of organization in libraries. *Dalhousie Journal of Interdisciplinary Management*. 14, 3-15.
- WATSON, B. M., 2021. Advancing equitable cataloging. Em: *Proceedings of the 8th North American Symposium on Knowledge Organization* [Em linha]. Seattle: University of Washington [consult. 2024-07-10]. Disponível em: <https://journals.lib.washington.edu/index.php/nasko/article/view/15887>.
- WATSON, B. M., 2020. “There was sex but no sexuality”: Critical cataloging and the classification of asexuality in LCSH. *Cataloging & Classification Quarterly*. 58(6), 547-565.

